

O ENSINO DE FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: desafios e perspectivas no atual contexto histórico

Ana Paula dos Santos Teodoro¹
Fernanda Lays da Silva Santos²
Walter Matias Lima³

RESUMO

Pesquisas recentes apontam que os currículos dos cursos de licenciatura ganham um caráter mais técnico, buscando atender novas especificidades, o que, algumas vezes, diminui o valor dado à filosofia nesse contexto, provocando uma fragmentação de componentes curriculares, dificultando a real qualidade na formação do professor. Nesse sentido, propõe-se a analisar o ensino de filosofia como componente curricular nos cursos de licenciatura diante da reorganização curricular brasileira, buscando entender o papel dado à filosofia na formação do pedagogo. De modo específico, propõe entender a legislação e a organização curricular no Brasil e compreender a situação da filosofia diante da reorganização curricular brasileira do Curso de Pedagogia. Assim, por meio de uma pesquisa descritiva e explicativa, tendo como método de abordagem o dedutivo, foi feito um estudo da legislação pertinente, com o uso de metodologia qualitativa. O interesse em estudar esse campo de investigação busca responder aos desafios e às perspectivas do ensino de filosofia como componente curricular nos cursos de licenciaturas no contexto atual brasileiro. Foi observada uma reorganização curricular no país, interferindo na condição dada à filosofia como disciplina nos cursos superiores, uma vez que disciplinas de filosofia estão tendo redução de carga horária, ocorrendo uma “fusão” de componentes curriculares e a consequente perda de conteúdos, deixando se ser obrigatórias e se tornando eletivas, ou até sendo retiradas das matrizes curriculares de alguns cursos superiores de determinadas universidades brasileiras. Percebe-se certo paradoxo na organização curricular dos cursos superiores, pois se de um lado se defende a autonomia dos professores e universidades/faculdades ao escolherem suas disciplinas, o que é algo positivo, de outro lado, pode ser algo negativo, pois existe um “jogo de poderes” entre as áreas dos conhecimentos nos departamentos dos cursos.

Palavras-Chaves: Filosofia; Licenciatura; Pedagogia; Reorganização curricular.

Introdução

O curso de Pedagogia qualifica o indivíduo para o exercício da docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2005).

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ana.teodoro@ichca.ufal.br

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, fernanda:lays@cedu.ufal.br

³ Doutor em Educação (Filosofia e Educação) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, waltermatias@gmail.com



Segundo dados apresentados pelo Sistema e-MEC (2022)⁴, atualmente existem no Brasil 5.274 cursos de graduação superior em Pedagogia, 4.770 ofertados de forma presencial, fazendo dele um dos cursos superiores mais ofertados pelas universidades e faculdades brasileiras.

No entanto, no texto “Dialética da Colonização”, ao explicar como a educação brasileira foi sendo usada pelo mercado e pelo estado, Bosi (1992) afirma que, na década de 1970, uma das medidas oficiais do governo foi a retirada da disciplina de filosofia do currículo dos cursos médios e seu quase desaparecimento do nível superior, inibindo uma reflexão teórica e crítica por excelência, crucial para a formação do ser humano. Nesse viés, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, também trouxe mudanças na organização curricular dos cursos de nível superior no país, retomando a presença das ciências humanas e sociais para a formação de profissionais em Pedagogia.

Atualmente, o pedagogo atua em diversas áreas e modalidades profissionais, com destaque para a pedagogia hospitalar e empresarial. Assim, o currículo do Curso de Pedagogia ganhou um caráter mais técnico, buscando atender a novas especificidades, diminuindo o valor dado à filosofia nesse contexto (OLIVEIRA, 2016).

Albuquerque (1996) destaca que o currículo deixou de ser visto apenas como uma questão relativa a uma listagem neutra de conteúdos, passando a ser entendido como um conjunto de conhecimentos históricos e socialmente construídos, além de envolvido em relações de poder.

Desse modo, sendo uma construção social dos homens, o currículo, como afirma Pedra (1993, p), "é então um recorte intencional. Recorte que sempre terá, explícita ou não, uma lógica justificante. Tal recorte ou eliminação faz dos conhecimentos disponíveis uma determinada cultura".

Assim, a problematização dessa pesquisa baseia-se em análises desenvolvidas por autores como Oliveira (2016) e Albuquerque (1996), que apontam uma reorganização curricular brasileira nos últimos anos, cuja tendência generalizante secundariza as disciplinas de fundamentos como Filosofia da Educação, em favor de disciplinas técnico-pedagógicas como Planejamento e Gestão. Nesse sentido, a preocupação não é com os fins da educação, mas, sim, com a seleção de disciplinas consideradas significativas para formar tecnicamente o professor para atuar nas diversas áreas profissionais da Pedagogia, como indica, por exemplo, Oliveira (2016). Essa fragmentação curricular dificulta a real qualidade na formação do

⁴ CADASTRO NACIONAL DE CURSOS E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (e-MEC). **Informações sobre as instituições que ofertam o Curso de Pedagogia no país.** e-MEC, 2022. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan 2022.

pedagogo, impossibilitando-o de analisar as discussões educacionais e a problematização política das práticas educativas.

Nessa perspectiva, foi motivado o interesse em estudar esse campo de investigação tendo como referência a seguinte questão: quais são os desafios e as perspectivas do ensino de filosofia como componente curricular nos cursos de Pedagogia no contexto atual brasileiro?

O objetivo geral é analisar o ensino de filosofia como componente curricular nos cursos de Pedagogia diante da reorganização curricular brasileira, buscando entender o papel dado à filosofia na formação do pedagogo.

Os objetivos específicos são: a) discutir a importância da relação entre Filosofia e Pedagogia; b) entender a legislação e a organização curricular no Brasil; e c) compreender a situação da filosofia diante da reorganização curricular brasileira do Curso de Pedagogia.

Metodologia e Fundamentação Teórica

Para alcançar os objetivos desse trabalho foi feita uma acurada pesquisa bibliográfica a partir de autores como Herman (2015), Lorieri (2010), Cerletti (2009), dentre outros, acerca da relação entre filosofia e pedagogia e legislações pertinentes ao curso de Pedagogia, seguida de pesquisa a dados secundários sobre as matrizes curriculares de universidades brasileiras.

Herman (2015) destaca a relação de familiaridade da filosofia com a educação, apontando seu vínculo originário, iniciado no mundo grego, sob a rubrica de *fundamentos da educação*, explicando que filosofia é um fundamento que indica os fins da educação, o que é a natureza humana, o que é o sujeito etc., e que a pesquisa em filosofia se propõe a desdobrar tal vínculo.

Dessa forma, foi garantida à Filosofia a condição de “matéria comum do “ciclo básico” da maioria das Universidades” (FAVERO et al., 2004, p.268), uma vez que Prudente (2007, p.39-40) destaca:

A finalidade dessa disciplina será, conforme aponta Lorieli (2010), ao analisar o papel da Filosofia e seu ensino na Educação Superior, apresentar, em primeiro lugar, as bases para a formação do pensamento crítico, necessário à formação superior no trato das questões éticas, antropológicas e epistemológicas necessárias de cada formação. Segundo, caberá também a essa disciplina garantir o caráter humanizador e social do estudante frente à formação técnica e prática ofertada na maior parte das matrizes dos cursos superiores. E, por fim, colaborar com o processo de sistematização, análise e transformação das informações obtidas ao longo da formação e das experiências pessoais em conhecimentos e saberes individualizados, necessários tanto para a vida profissional futura quanto para a vida pessoal dos estudantes de cada curso.

Nessa perspectiva, norteado por esses autores, compreende-se a importância da filosofia na formação do cidadão, de seres humanos que atuarão e influenciarão na sociedade,

influenciarão opiniões, modos de pensar, de agir, de questionar, de responder, de procurar soluções para os problemas educacionais e não educacionais, uma vez que, de acordo com Cerletti (2009, p.20), “o filosofar se apoia na inquietude de formular e formular-se perguntas e buscar resposta no desejo de saber o que pode sustentar-se no interrogar-se do professor ou dos alunos, e nas tentativas de respostas que ambos se deem”, onde “a filosofia é a forma mais elaborada do grau mais elevado de compreensão do homem atingido pelo próprio homem” (SAVIANI e DUARTE, 2010, p. 423).

É necessário reconhecer que há uma relação de intimidade entre a Filosofia e a Pedagogia, visto que, de forma preliminar, toda pedagogia comporta uma filosofia, o que seria um “jeito” de ler uma certa realidade que se pretende criticar e está repousada numa concepção norteadora de homem e mundo; e toda Filosofia, em seu percurso de constituição, materializa-se mediante uma pedagogia (MATOS, 1999).

Delage (2006) afirma que a Filosofia da Educação, nos últimos anos, no Departamento de Fundamentos, vive, pode-se dizer, a crise de identidade denunciada em âmbito nacional, em que, na licenciatura de Pedagogia da UFJF, a disciplina continua ensinada, mas foram percebidos pouco diálogo com as demais disciplinas da graduação e falta de projetos de pesquisa e de maiores investimentos na área.

Cerletti (2009, p.14) destaca que, por vezes, “no desenrolar dos cursos, a reflexão filosófica sobre o significado ou o sentido da filosofia costuma ser abreviada ao extremo ou postergada quase que indefinidamente”, alertando para os problemas consequentes desse fato na qualidade na formação dos professores.

No currículo dos cursos de formação de professores, proliferam as mais variadas disciplinas, numa crescente fragmentação do objeto pedagógico, a ponto de, em muitos casos, confundirmos educação com qualificação profissional determinada por um racionalismo utilitário (HERMAN, 2015).

Desse modo, a filosofia “assume uma posição mais humilde diante das ciências e de outras expressões simbólicas, dialogando e interpretando os paradoxos e as tensões geradas pelas nossas relações com o mundo (HERMAN, 2015, p. 217), realidade que nos leva a pesquisar sobre legislação e organização curricular brasileira.

Resultados e Discussões

Procurando entender o significado do conceito de currículo, Pedra (1993) explica que o referido termo “currículo” já teve várias definições, incluindo uma série estruturada de resultados, um conjunto de matérias, um conjunto de experiências que os estudantes

desenvolvem e o intento de comunicar os princípios essenciais de uma proposta educativa. No mais, o autor destaca que atualmente ele vem sendo entendido como uma seleção de conhecimentos extraídos de uma cultura mais ampla.

Desse modo, sendo uma construção social dos homens, o currículo "é então um recorte intencional. Recorte que sempre terá, explícita ou não, uma lógica justificante. Tal recorte ou eliminação (...), faz-se dos conhecimentos disponíveis em uma determinada cultura" (PEDRA, 1993, p.32).

Rocha (2012) chama a atenção para o fato de que, por vezes, o currículo pode ser um empecilho ao processo de aprendizagem dos estudantes que pertencem às camadas populares, por exemplo, no que tange ao método de ensino utilizado pelos professores, que, ao ministrar suas aulas, se dedicam mais a cumprir o cronograma estabelecido do que a real necessidade e a situação do alunado, prevalecendo as relações de poder impostas pela hierarquia do sistema educacional.

Nessa perspectiva, a autora complementa que o currículo seria um instrumento que promove essa relação entre o conteúdo e metodologia, ou seja, entre "o que é ensinado" e "o como deve ser ensinado", elementos que nos levaram a buscar entender as particularidades que regem a organização curricular da disciplina de filosofia, no Brasil.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/1996, também trouxe mudanças na organização curricular dos cursos de nível superior no país, retomando a presença das ciências humanas e sociais para os cursos de formação de professores.

A própria LDB também estabelece que as universidades têm autonomia para organizar os currículos de seus cursos, ao afirmar no Artigo 53 que é assegurado às universidades, sem prejuízo de outras, "fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes" (BRASIL, 1996).

Desse modo, o diálogo de organização curricular nos cursos e nos programas deve levar em consideração as particularidades de seu público-alvo, buscando meios de resistência a uma política curricular nacional, que se apresenta como

[...] um aspecto específico da política educativa, que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornando claros o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele, intervindo, dessa forma, na distribuição do conhecimento dentro do sistema escolar, incidindo na prática educativa enquanto apresenta o currículo a seus consumidores, ordena seus conteúdos e códigos de diferentes tipos (SACRISTÁN, 2000, p. 109).



Nessa perspectiva, as políticas educacionais interferem na ordenação dos programas curriculares e, assim, entre as políticas educacionais brasileiras, a política curricular existe como diretriz, e o Conselho Nacional de Educação (CNE) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que preceituam as regras para o sistema de ensino (JESUS, 2017).

No subitem a seguir, trataremos dos detalhes sobre as DCN de 2006 para o curso de licenciatura em Pedagogia.

As novas DCNs do curso de Graduação em Pedagogia instituídas em 2006 trouxeram uma situação preocupante: a não especificação de conteúdos ou disciplinas obrigatórias. Entendemos que esse fato reforça a estratégia de intervenção do Estado na educação, na formação de profissionais, na organização do currículo de futuros pedagogos, já que, segundo Macedo (2006), o currículo pode ser utilizado como instrumento de dominação, através do qual os sujeitos são fabricados, de tal forma que seja possível melhor governá-los, sendo “um recorte intencional” (PEDRA, 1993).

Nesse sentido, autores como Oliveira (2016) salientam a existência de uma crise do curso de Pedagogia, tendo em vista que a (re)organização curricular brasileira secundariza disciplinas de fundamentos como as de filosofia, situação que influencia negativamente a qualidade da formação do educador.

Mühl e Mainardi (2017) explicam que a presença da filosofia no currículo do curso de Pedagogia no Brasil nunca foi muito representativa, porém, em razão da importância que a filosofia teve no desenvolvimento do pensamento ocidental, ela sempre foi incluída no rol das disciplinas dos “fundamentos” como base da formação dos pedagogos.

Nos últimos anos, como o pedagogo atua em diversas áreas e modalidades profissionais, com destaque para a pedagogia hospitalar, empresarial e gestão educacional, o currículo do Curso de Pedagogia ganhou caráter mais técnico, buscando atender a novas especificidades, diminuindo o valor dado à filosofia nesse contexto (OLIVEIRA, 2016).

Em valioso artigo intitulado “O ensino de Filosofia da Educação no Curso de Pedagogia”, publicado pela revista Margens, em 2016, a professora Ivanilde Oliveira alerta para a constituição de uma tendência de formação generalista nos Cursos de Pedagogia, organizados em uma estrutura curricular fragmentada, em que as disciplinas são distribuídas de forma representativa por cada campo de atuação do pedagogo.

Nesse sentido, Oliveira (2016, p.57) exemplifica que, na prática das universidades brasileiras, conforme “cada setor de atuação do pedagogo, uma ou duas disciplinas sobre gestão, planejamento, avaliação, educação especial, educação de jovens e adultos etc. são incluídas no currículo”.

Nessa perspectiva, a autora enfatiza a predominância do caráter técnico na “escolha” das disciplinas, tendo em vista que aquelas disciplinas ditas “de fundamentos”, como a Introdução à Filosofia, Introdução à Sociologia e Introdução à Psicologia, tradicionalmente consideradas disciplinas bases da Pedagogia, não estão sendo incluídas no currículo (OLIVEIRA, 2016).

Oliveira (2016) então destaca que os conteúdos que seriam ministrados na disciplina Introdução à Filosofia, por exemplo, passam a ser de responsabilidade da disciplina Filosofia da Educação. Nesse caso, ocorreria uma “fusão” de conteúdos diante da diminuição de carga-horária.

Além disso, “acrescente-se o fato de que a Filosofia da Educação, que geralmente era oferecida no segundo e/ou terceiro anos, com essa nova situação, passou a ser ofertada no primeiro ano” (OLIVEIRA, 2016, p.57), o que trouxe dificuldades aos professores, já que os alunos não tiveram as bases filosóficas que seriam trabalhadas na disciplina Introdução à Filosofia, e ainda alguns cursos não ofertam a Filosofia da Educação I e II. Assim, os docentes:

- 1) Não conseguem trabalhar de forma aprofundada nem o conteúdo da Introdução à Filosofia e nem o da Filosofia da Educação;
- 2) Ou se detêm mais no conteúdo introdutório da filosofia ou se detêm mais na educação; e
- 3) Não concluem o programa estabelecido. A tendência é de redução do conteúdo programático, em função das dificuldades dos alunos em aprofundar as leituras filosóficas sobre a educação.

Dessa maneira, tais situações geram o não aprofundamento dos conhecimentos filosóficos na formação do pedagogo, refletindo um dos problemas da educação curricular brasileira, pois como Ortega y Gasset (1955) já alertara, um dos problemas da educação será sempre o da inclusão e eliminação de conhecimentos, ou seja, o da seleção de conteúdos curriculares.

Vale destacar também que essa “fusão” de conteúdos pode interferir na identidade das disciplinas, como alertado por Albuquerque (1996) na pesquisa “Filosofia da educação: uma disciplina entre a dispersão de conteúdos e a ausência de uma identidade”.

Se analisarmos as situações de algumas universidades brasileiras, veremos casos que merecem nossa atenção. O curso de licenciatura presencial em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de São Luis, por exemplo, no período letivo de 1980, ofertava quatro disciplinas de filosofias obrigatórias: Filosofia I (60 horas, primeiro período); Filosofia II (60 horas, segundo período); Filosofia da Educação I (60 horas, terceiro período); e Filosofia da Educação II (60 horas, quarto período). Já no período letivo de 2009, passou a ofertar apenas duas disciplinas de filosofia obrigatórias: Filosofia da Educação I (60 horas, primeiro período);

e Filosofia da Educação II (60 horas, segundo período). Dessa maneira, em 1980, a carga horária de filosofia na formação do pedagogo totalizava 240 horas, tendo sido reduzida para 120 horas em 2009 (UFMA, 1980; 2009).

Por sua vez, o curso de licenciatura presencial em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), de Bragança, por exemplo, no período letivo de 1993, ofertava quatro disciplinas de filosofia obrigatórias: Filosofia da Educação I (90 horas, 1º período); Introdução à Filosofia II (75 horas, 2º período); Filosofia da Educação II (90 horas, 4º período); e Filosofia da Educação III (90 horas, 5º período). Havia também a opção de duas disciplinas optativas: Educação, Filosofia e Esclarecimento (60 horas, 1º período) e História da Educação I (90 horas, 12º período). Já no período letivo de 2013, passou a ofertar apenas duas disciplinas de filosofia obrigatórias: Filosofia da Educação I (75 horas, 1º período) e Filosofia Educação e Contemporânea (60 horas, segundo período). Dessa maneira, em 1993, a carga horária de filosofia na formação do pedagogo totalizava 345 horas, tendo sido reduzida para 135 horas no ano de 2013 (UFPA, 1993; 2013).

Desse modo, percebe-se na organização curricular dos cursos superiores certo paradoxo, pois se de um lado se defende a autonomia dos professores e universidades ao escolherem suas disciplinas, o que é algo positivo; de outro lado, pode ser algo negativo, pois existe um “jogo de poderes” entre as áreas dos conhecimentos nos departamentos dos cursos, o que, por vezes, exclui a filosofia, em detrimento de outras disciplinas.

Além disso, Oliveira (2016) destaca que a referência curricular comum a todos os cursos de formação, por meio das diretrizes curriculares, é justificada pelo MEC, por fortalecer a unidade nacional (meio de integração), sem deixar de referir-se à flexibilidade como estratégia de autonomia das Instituições de Ensino. Porém, a autonomia, neste contexto, reduz-se à seleção dos princípios, fundamentos e procedimentos previamente indicados pelas diretrizes curriculares.

Nessa perspectiva, vale buscar lutar pela permanência da filosofia nas matrizes curriculares de formação de professores, levando em consideração que Cerletti (2009, p.43) afirma que

É possível constatar, de maneira cada vez mais premente, que há que começar a justificar com muito cuidado o sentido da presença da filosofia na escola, junto a diversos saberes e atividades de nossa vida de hoje. É sabido que, na hora de lutar por espaço nos planos de estudo, aquele passado sublime da filosofia tem pouco valor quando se trata de decidir algumas horas nas grades curriculares, e aqueles que defendem espaços filosóficos devem disputá-los palmo a palmo com os especialistas de outras disciplinas que, por sua vez, reivindicam a necessidade e a importância prática dos próprios campos.

E reforça:

Nos tempos em que vivemos, a palavra “utilidade” está associada, fundamentalmente, com um valor de mercado, e relacioná-la com a filosofia significaria como a filosofia poderia instalar-se dentro desse mundo de circulação de mercadorias, dentro de sua produção e de sua reprodução (CERLETTI, 2009, p.46).

Dessa forma, conforme o autor, nos dias atuais, certo valor de mercado impõe compreendermos o significado da palavra “utilidade”, ou melhor, da utilidade da filosofia no contexto desse mundo de circulação de mercadorias, produção e reprodução constantes.

Podemos afirmar que o curso de graduação em Pedagogia é um curso que se popularizou, pois entre as licenciaturas é um dos cursos mais ofertados pelas universidades e faculdades brasileiras, tendo em vista as demandas do mercado ao longo do tempo.

Segundo dados apresentados pelo Sistema e-MEC (2022)⁵, atualmente existem no Brasil 5.274 cursos de graduação superior em Pedagogia, sendo 4.770 ofertados de forma presencial, com apenas 14 bacharelados, situação que identifica a grande maioria dos cursos na condição de licenciaturas. Vale destacar que dos cursos de graduação superior em Pedagogia existentes no país, apenas 1.260 são gratuitos.

Dados do Censo de Educação Superior 2016, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁶, mostram que o estado de Alagoas, por exemplo, tem 77.738 pessoas matriculadas em algum curso de ensino superior.

Em relação ao estado de Alagoas, o Sistema e-MEC (2022) mostra um total de 168 cursos de graduação em Pedagogia, 60 ofertados de forma presencial. Desses, 28 são de oferta gratuita, existentes nos campi da UFAL e UNEAL, informações importantes para analisarmos o ensino de filosofia na formação do pedagogo que instigam “novos olhares” sobre a temática.

Considerações Finais

Essa pesquisa buscou analisar o ensino de filosofia como componente curricular nos cursos de Pedagogia diante da reorganização curricular brasileira, buscando entender o papel dado à filosofia na formação do pedagogo.

⁵ CADASTRO NACIONAL DE CURSOS E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (e-MEC).

Informações sobre as instituições que ofertam o Curso de Pedagogia no país. e-MEC, 2022. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan 2022.

⁶ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo de Educação Superior 2016.** Inep, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centro_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 15 jan 2022.



Tendo como referência um levantamento bibliográfico, foi possível discutir a importância da relação entre Filosofia e Pedagogia. Também foram analisadas a legislação e a organização curricular no Brasil, além de compreender a situação da filosofia diante da reorganização curricular brasileira do Curso de Pedagogia, sobretudo a partir de 2006.

Percebe-se certo paradoxo na organização curricular dos cursos superiores, pois se de um lado se defende a autonomia dos professores e universidades/faculdades ao escolherem suas disciplinas, o que é algo positivo; de outro lado, pode ser algo negativo, pois existe um “jogo de poderes” entre as áreas dos conhecimentos nos departamentos dos cursos, o que, por vezes, exclui a filosofia em detrimento de outras disciplinas tidas como mais técnicas.

Desse modo, o ensino de filosofia está perdendo espaço nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Pedagogia, caso da UFPA, que, em 1993, detinha uma carga horária de filosofia de 345 horas, tendo sido reduzida para 135 horas no ano de 2013, deixando de ofertar duas disciplinas de filosofia. Na UFMA também ocorreu redução de disciplinas de filosofia, passando a ofertar apenas duas disciplinas de filosofia obrigatórias, sendo que já ofertara quatro. Dessa maneira, em 1980 a carga horária de filosofia na formação do pedagogo totalizava 240 horas, tendo sido reduzida para 120 horas no ano de 2009, reflexos da reorganização curricular do Curso de Pedagogia e da “disputa de poderes” entre as áreas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. **Filosofia da educação**: uma disciplina entre a dispersão de conteúdos e a busca de uma identidade. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**, Licenciatura. Parecer CNE/CP n.5, 13 dez. 2005. Conteúdo on-line disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf> (acesso em 02 de setembro de 2020).

_____, CNE. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia**. Brasília: CNE, 2006.

CADASTRO NACIONAL DE CURSOS E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (e-MEC). **Informações sobre as instituições que ofertam o Curso de Pedagogia no país**. E-MEC, 2022. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2022.

CERLETTI, A. **O Ensino de Filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora. 2009.

FÁVERO, Altair Alberto *et al.* O ensino de filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 24, n. 64, p.257-284. set./dez. 2004.

DELAGE, Ana Elisa Gomes. **O currículo da disciplina Filosofia da Educação: sua história e construção na Universidade Federal de Juiz de Fora.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro-RJ, 2006.

HERMANN, Nadja. Pensar arriscado: a relação entre filosofia e educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 217-228, jan./mar. 2015.

JESUS, Daniella do Nascimento. **Avaliação curricular: a Filosofia da Educação na licenciatura em Pedagogia da UEPG.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2017.

LORIERI, M. A. Filosofia e formação no ensino superior. **Revista Páginas de Filosofia**, v.2, n.1, p. 47-60, jan/jun 2010.

MACEDO, E. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem Fronteiras**. v.6, n.2, Jul/Dez 2006. pp.98-113. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: dez. 2021.

MATOS, Junot Cornélio. **Em toda parte e em nenhum lugar: A formação pedagógica do professor de Filosofia.** Recife: Fasa Ed., 1999.

MÜHL, Eldon Henrique; MAINARDI, Elisa. A Filosofia da Educação nos cursos de Pedagogia do Brasil: da obrigatoriedade à dispensa progressiva. **Filosofia e Educação**, 9 (2017), p. 7-22.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. O ensino da filosofia da educação no curso de pedagogia. **Margens**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 55-63, mai 2016, ISSN 19825374. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2998/3046>>. Acesso em 20 de maio de 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v2i3.2998>.

ORTEGA Y GASSET, J. Misión de Ia Universidad. Madrid: **Revista de Occidente**, 1955.

PEDRA, José Alberto. **Currículo e conhecimento: níveis de seleção do conteúdo.** Em Aberto. Brasília, n.58, p.30-37, 1993.

PRUDENTE, Thiago Pessoa. **O ensino de filosofia nas variantes do IFAL.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2017.

QUILLICI NETO, Armindo. **O ensino de filosofia da educação no Brasil: uma análise dos programas de ensino de filosofia da educação dos cursos de pedagogia do Estado de São Paulo.** 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2001.

ROCHA, Ana Carolina Souza. **Os reflexos do currículo na relação de ensino aprendizagem da matemática.** Webartigos, 2012. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/os-reflexos-do-curriculo-na-relacao-de-ensino-aprendizagem-da-matematica/87010>. Acesso em 15 de janeiro de 2022.

SANTOS, Adélcio Machados dos; BONIN, Joel Cezar. Filosofia da educação: implicações e impactos na pedagogia. **Revista Educere et Educare**, Vol. 23, N. 27, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.17648/educare.v13i27.16850>.

SANTOS, Marcio Dolizete Mugnol. **A disciplina Filosofia da Educação no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) nos anos de 1970 e 1990.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, 2003.

SACRITÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma Reflexão sobre a Prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.



SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

SCOLNICOV, Samuel. **Platão e o problema educacional**. São Paulo: Loyola, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Estruturas curriculares do Curso de Pedagogia em 1980 e 2009**. UFMA, 1980; 2009. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/curriculo_curso.jsf?lc=pt_br&id=85817>. Acesso em 15 de janeiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Estruturas curriculares do Curso de Pedagogia em 1993 e 2013**. UFPA, 1993; 2013. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=148147>. Acesso em 15 de janeiro de 2022.